

# Transmissão de valores na família e conflitos intergeracionais: experiências femininas



MYRIAM MORAES LINS DE BARROS

## INTRODUÇÃO

**H**á, atualmente, um discurso que procura enfatizar a ideia de mudanças na família e nas relações intergeracionais. Ao modelo de família conjugal, baseada no casamento heterossexual, na filiação e no núcleo básico formado por pais e filhos, vários fenômenos são apresentados para descrever novas formas de organização da família e novos valores e comportamentos que regem as relações familiares. Assim, são apresentadas as famílias monoparentais, as famílias em rede, as famílias baseadas em união de pessoas do mesmo sexo.

Estas diversas formas de família estão também expressas na ordem institucional. Desde a Constituição de 1988, define-se a entidade familiar, para fins legais e de proteção social, por qualquer dos pais e seus filhos. A lei do divórcio é ampliada, reconhece-se a igualdade dos direitos e das obrigações familiares para marido e mulher; os direitos de filiação são reforçados com a garantia da prova de paternidade gratuita e, mais recentemente, é reconhecida a união de pessoas do mesmo sexo.

Os resultados dos últimos censos da população brasileira continuam a apontar tendências já verificadas em pesquisas anteriores: o número de nascimentos está diminuindo, as pessoas vivem mais, aumenta o número de indivíduos que vivem sós, os recasamentos aumentam proporcionalmente e, agora, foi incorporada na identificação de residentes a opção “cônjuge do mesmo sexo”.

O termo “novos arranjos familiares” tem sido recorrentemente empregado nas ciências sociais, na demografia, nas políticas sociais, na mídia, nas pesquisas de opinião e nos discursos religiosos para dar conta de situações que passam a ocupar a pauta de preocupações nestes diferentes campos de interpretação da realidade e de formulação de ações, seja na dimensão pública da vida social, como as próprias políticas sociais, seja na dimensão subjetiva e intersubjetiva presente no cotidiano dos indivíduos.

A ênfase nas mudanças, entretanto, deve ser relativizada nos estudos sobre família e sobre relações intergeracionais, observando-se os processos de mudança ao lado de um tenso movimento de permanência de valores e de formas de organização familiar.

Esta perspectiva de análise da família, sob o ponto de vista da dinâmica entre mudança e permanência, implica em compreendê-la sob o ponto de vista histórico, contextualizando as dimensões de classe, gênero e geração. A ideia apresentada da polarização entre o moderno e o tradicional deve dar lugar à perspectiva da complexidade da vida social, em particular das relações familiares. E desta forma, a ideia de dinâmica familiar permite ver as famílias para além das classificações por idade e sexo, lugar e função social nas relações de parentesco.

Devemos, assim, entender os processos históricos, que levaram a mudanças nas formas de organização e nos valores familiares, como transformações societárias de diversas ordens que se combinam com reorganizações de valores e práticas já presentes na sociedade. A inserção feminina no mercado de trabalho; a consolidação da urbanização; a laicização das relações sociais; a dissociação entre sexualidade e natalidade; a longevidade; a presença das tecnologias reprodutivas e de saúde na redefinição das famílias trazem implicações nas questões relativas à vida reprodutiva, à colongevidade das gerações familiares, como a perspectiva recriada das definições biológicas de parentalidade com os testes de DNA. (Fonseca, C. 2010).

Nas pesquisas sobre famílias e relações intergeracionais nas camadas médias urbanas, estas questões são explicitadas apontando a particularidade das mudanças nestes segmentos sociais, em diferentes gerações. Alguns trabalhos sobre juventude e diferenças geracionais e de gênero apontam a tendência às mudanças sociais e à pluralidade e heterogeneidade de trajetórias de vida como, por exemplo, o adiamento da saída dos jovens adultos da casa dos pais, a gravidez de adolescentes, as questões da sexualidade, da reprodução e das experiências homoafetivas. (Heilborn et al., 2006; Heilborn, et al., 2012; Lins de Barros, 2009). Os estudos sobre envelhecimento, por outro lado, mostram

uma longevidade populacional significativa e formas de reorganização do cotidiano familiar e das relações intergeracionais em função da presença dos pais mais velhos (Peixoto, 2004; Peixoto e Luz, 2007), e trazem a discussão da sexualidade na velhice e suas implicações nas relações de gênero e geração (Alves, 2004; 2009).

## A QUESTÃO DAS GERAÇÕES

**E**ste artigo, baseado em pesquisas antropológicas realizadas ao longo de alguns anos em famílias de camadas médias, parte da constatação de uma nova experiência geracional: as mulheres que têm, hoje, pais vivos e filhos jovens adultos, que permanecem em suas casas, enfrentam uma realidade não vivida por seus pais e que possivelmente não será vivida por seus próprios filhos, pelo menos não da forma com que estas mulheres vivem as relações intergeracionais.

Tendo este ponto de partida, a pesquisa pretendeu analisar as trajetórias de vida de mulheres de diferentes gerações a partir da interpretação das narrativas das mulheres que vivem esta nova experiência familiar, das de suas mães e suas filhas.

Uma das questões iniciais deste estudo foi perceber a presença mais acentuada entre as gerações femininas do efeito de geração<sup>1</sup>, ou seja, procurou-se apreender a construção de narrativas de distinção geracional que enfatizassem as mudanças significativas de uma geração para outra, apontando o caráter de construção de sentido dado por elas, ao longo da vida, a seu lugar, nos diferentes contextos de interação social. Embora a ideia de mudança tenha sido o motor inicial do processo de pesquisa, a tensão entre mudar e permanecer está no cerne do problema aqui proposto e é própria da discussão teórica sobre geração. Assim, a dinâmica carregada de tensão da mudança e da permanência entre as gerações é apresentada em duas medidas de tempo. Uma é definida pela trajetória de cada mulher entrevistada e a outra pelo tempo da própria história familiar identificada pelas três gerações de mulheres: as avós, as mulheres da geração intermediária e as jovens.

Por que trabalhar geração faz sentido como uma categoria descritiva das relações sociais contemporâneas? A questão das mudanças, da rapidez das transformações (ou a percepção relativa desta rapidez) ao lado da ideia de continuidade, e até mesmo de uma sacralização da continuidade e do pas-

1 Attias-Donfut, 2004.

sado, compõe o conjunto de fatores para a compreensão das relações sociais na sociedade moderno-contemporânea e, especificamente, aquelas referidas às relações intergeracionais e à construção de identidade de geração<sup>2</sup>. Desta maneira, embora esteja me referindo ao domínio da família para instaurar a possibilidade de comparação, o que tenho em mente é tratar as gerações como uma categoria em um campo de discussão dos processos sociais mais amplos da sociedade.

A dinâmica da vida social é também examinada neste artigo como um elemento, ou um estilo discursivo, elaborado pelos indivíduos em suas relações sociais, para falar de si e da própria sociedade. Assim, a pergunta que percorre a investigação é como ou por qual linguagem as mulheres entrevistadas falam das diferenças e semelhanças entre as gerações, com que percepção, de continuidade ou de quebra, tratam de sua biografia e das relações entre as gerações femininas na família.

Os dados apresentados neste artigo baseiam-se nas entrevistas de história de vida de três gerações de uma mesma família em um universo de mulheres de camadas médias do Rio de Janeiro. O universo foi recortado a partir da definição da geração intermediária de cada grupo de três mulheres. A ideia básica para definir esta geração é a de que as mulheres desta faixa etária, dos segmentos médios nas grandes cidades brasileiras, experimentaram um conjunto de mudanças sociais, redefinindo o lugar da mulher nos contextos público e privado e trazendo novos significados a estas mesmas dimensões da vida social. Sem dúvida, este recorte geracional é um dos fatores para que a ideia de efeito geracional tenha sido o ponto de partida para a pesquisa.

Para mulheres que nasceram entre o final da década de 40 e o fim da década seguinte, há um entorno cultural de mudanças na ordem dos valores e das práticas da vida cotidiana suficientemente significativo para se estabelecer um marco geracional, e esta distinção geracional é particularmente vívida para as mulheres das camadas médias.

As mulheres desta faixa etária experimentaram, no momento de formulação de projetos de vida para a passagem para vida adulta, um conjunto de transformações sociais que abarcam diferentes campos da vida como a sexualidade, a família, as relações entre homens e mulheres e entre gerações na vida familiar, no trabalho e em distintas esferas de sociabilidade, como as definidas por laços de amizade. Vivenciaram também mudanças de ordem

2 Sobre a relação entre mudança social e geração ver o trabalho clássico de Mannheim (1982) e Lins de Barros (2006).

societária, com a reestruturação do perfil do trabalhador, com a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho, a profissionalização de mulheres de segmentos médios urbanos, o controle de natalidade e, portanto, a diminuição do número de filhos especificamente nestes segmentos sociais além do aumento do divórcio, levando à reconfiguração da família e da conjugalidade.

Este contexto de mudanças é reconhecido por vários autores que destacam movimentos sociais, presentes em diferentes contextos nacionais, e que marcam o que Tania Salem (2007) designa como “convulsão dos anos 60”. Para a autora, os movimentos e ideias, gestados em períodos anteriores, encontram condições sociais e políticas para aparecerem nestes anos de convulsão. O movimento feminista, por exemplo, abre espaço, na realidade brasileira, para discussões e para a viabilidade prática de novos estilos de vida para homens e mulheres e estabelece, também, pontos de interseção com as lutas para a liberdade democrática no Brasil e na América Latina, em um momento em que diferentes países vivem regimes ditatoriais. O momento internacional é de enfrentamento da ordem instituída: os movimentos estudantis no próprio Brasil e no mundo, o maio de 68 na França, os movimentos nos EUA contra a guerra do Vietnã, o movimento hippie com a bandeira da liberação de drogas e sexo, entre outros, dão o tom deste momento. Segundo Salem (op. cit., p. 83-84); “A denúncia é generalizada: contesta-se desde o poder do Estado sobre os cidadãos, dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros, dos médicos sobre os pacientes etc. até atingir as instâncias socializadoras – escolas e família”.

Nas pesquisas baseadas em histórias de vida em camadas médias percebe-se uma variação de intensidade de alguns princípios da ideologia individualista, presentes nos dilemas que se apresentam a cada indivíduo, como ter maior ou menor liberdade ou autonomia frente às áreas da vida como a família e a religião, opções de vida que tomam, em determinados momentos da trajetória, um caráter dramático como, por exemplo, responder afirmativamente às obrigações morais da responsabilidade pelos mais velhos, pelas crianças e pelos considerados dependentes ou aderir a projetos de maior ruptura com o circuito de reciprocidade familiar. Em algumas situações, como as estudadas por Russo (1993) e Lins de Barros (2010), encontramos disposições para mudança de perspectiva para a vida futura, com projetos de vida de ascensão social. Nestes casos, a educação superior e a profissão são garantia de distinção com as gerações anteriores e podem, assim como a instabilidade na situação social, ou queda social, estabelecer-se como um drama familiar em que se torna mais

definida, para alguns membros da família do que para outros, a opção por maior autonomia e independência<sup>3</sup>.

Em relação a estas problemáticas interpretativas das relações sociais e da constituição da subjetividade moderna na sociedade moderno-contemporânea, Duarte (2005) propõe, por sua vez, o exame diferencial das ênfases em diferentes contextos sociais dos princípios da constituição do indivíduo moderno, representada pela ideia de singularidade do sujeito, da autenticidade, da liberdade. Acompanhando esta análise, Machado e Lins de Barros (2009) mostram, em estudo comparativo entre mulheres de camadas médias e populares, diferentes significados e interpretações que as mulheres entrevistadas dão ao projeto e à possibilidade de realização de sua autonomia como mulher. A percepção de si como um indivíduo autônomo e independente é pautado em visões psicologizadas, no caso das camadas médias, e mais calcadas em princípios religiosos, nas camadas populares.

Nos resultados da pesquisa em questão neste artigo, nota-se, há uma particularidade na experiência destas tensões entre individualizar-se e ser incorporada ao grupo familiar para as três gerações pesquisadas. Os estudos sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea têm insistido na continuidade de padrões de assimetria de gênero nas relações familiares, no mundo do trabalho, na política etc., embora se perceba as diferenças entre as gerações, entre diferentes segmentos de classe e mesmo entre regiões do país. Em trabalhos recentes organizados por Araújo e Scalón (2005), baseados em *survey* que forneceu dados sobre percepção e atitudes em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, à divisão do trabalho doméstico, ao papel da maternidade e do casamento no Brasil, os autores respondem às questões sobre mudanças de valores e práticas, relativas às relações de gênero, pela expectativa de um padrão mais igualitário nas relações de gênero na família, embora esta tendência venha acompanhada de posicionamentos contrários, sobretudo quando a questão é a maternidade.

A interpretação da desigualdade da experiência geracional e de gênero quanto à adesão aos ideais de autonomia, de liberdade e de independência não está de forma alguma baseada em princípios evolutivos de expansão sistemática dos valores individualistas. Trata-se, sim, de entender as dimensões da desigualdade nestas dimensões assim como naquelas referidas às classes

3 Os trabalhos de Russo (1993) e Lins de Barros (2010) mostram trajetórias de vida de indivíduos em diferentes segmentos médios, em que a distinção social se faz pela escolha e formação de nichos e carreiras profissionais, criando uma possibilidade de ascensão em relação à família de origem e constituição da autonomia individual como um valor.

ou segmentos sociais de nossa sociedade, como próprias da complexidade da sociedade moderno-contemporânea que se caracteriza pela heterogeneidade cultural, pela especialização da divisão do trabalho, pelas diferenças nos acessos a bens materiais e simbólicos, a status social, a poder e a direitos, pela diferenciação e descontinuidade de níveis e de domínios da realidade social e pela proeminência do indivíduo como a unidade social básica (Velho, 2001).

Segue-se nesta argumentação, que nas relações cotidianas, em seus diferentes planos da vida social, há uma constante definição dos significados da realidade pelos sujeitos envolvidos, onde estão sendo negociadas várias dimensões: poder, status, legitimidade, possibilidade de construir e realizar projetos etc. Nesta discussão conceitual é absolutamente fundamental o argumento da constituição social e cultural desta definição da realidade, como tenho sistematicamente enfatizado nos trabalhos anteriores e particularmente nos estudos sobre memória individual e social e sobre projetos de vida e os campos de possibilidade socialmente construídos para sua efetivação.

É desta forma, percebendo as mulheres como agentes envolvidos em relações sociais e em contextos e situações sociais, que procuro compreender as diferenças e aproximações entre as trajetórias das três gerações de mulheres. Entre outras questões relevantes para se compreender as relações intergeracionais e a ideia de transmissão de valores e de disposições para a ação entre as gerações, está a importância atribuída às mães no processo de transferência dos legados simbólicos (Vitale, 2007). Em Lins de Barros (1987) apontava que as avós, acompanhando as transformações relativas à mulher de camadas médias, encorajavam as filhas a se profissionalizarem e a conquistarem independência financeira e algum grau de autonomia. Em trabalho recente realizado a partir de pesquisa comparativa entre países europeus sobre família, gênero e trabalho, Torres, Mendes e Lapa (2007) mostram que “a atividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho” (p.170). E acentuando a importância do que chamam de “efeitos de transmissão” de uma geração para outra, no plano dos comportamentos, acrescentam que: “São efeitos específicos de socialização, aliás, tanto mais reforçados quanto maior for o nível de ensino atingido pela mãe” (p.170). Em relação ao aprendizado da sexualidade, Heilborn et al. (2006) mostram, na pesquisa sobre gravidez na adolescência, como particularmente as mães das camadas médias têm um papel fundamental para a transmissão de conhecimentos sobre sexualidade, gravidez etc. Ampliando para outras áreas a importância materna na socialização dos filhos, Machado (2006), referindo-se à formação religiosa,

afirma que “existe consenso na literatura de que a mãe tem mais influência do que o pai sobre os membros das gerações mais jovens” (p. 98).

## OS LEGADOS E OS CONFLITOS INTERGERACIONAIS

Início agora as apresentações das três gerações das mulheres da pesquisa. Foram realizadas entrevistas de história de vida com 24 mulheres das três gerações, correspondendo a sete grupos de três gerações e a três mulheres entrevistadas de duas famílias distintas, que corresponderiam a mais dois conjuntos completos de mulheres.

Na primeira geração, cuja idade varia entre 69 e 88 anos, as mulheres tiveram de dois a quatro filhos. Casar, ter filhos logo nos primeiros anos, deixar de trabalhar e dedicar-se aos trabalhos da casa e à educação dos filhos fazia parte de um script para o qual muitas delas não se achavam preparadas. A rigidez nas atribuições das atividades femininas e masculinas com a qual foram socializadas não é atenuada no casamento. Assim, as narrativas das histórias de vida apresentam uma imagem naturalizada das passagens ao longo do curso da vida. Em alguns casos, a queixa da falta de oportunidades para uma vida mais autônoma recai sobre o marido, considerado por algumas como inflexível para as mudanças, tanto em relação a elas como aos filhos. Desta forma, ao lado da tendência em compreender as situações vividas como próprias de sua geração, há um tom crítico à dependência financeira e ao limite à autonomia da mulher experimentados por elas. A capacidade de percepção destes constrangimentos é construída ao longo da vida nas diferentes esferas sociais, mas, sobretudo, nas relações com os filhos e netos. Acompanhando as mudanças sociais e de mentalidade em relação ao lugar da mulher na sociedade, a educação das filhas estava fortemente dirigida para a escolarização superior e para a profissionalização.

Para este segmento de classe, a independência financeira está basicamente referida ao ganho adquirido pelo trabalho. Desta forma, a crítica à falta de independência para gerir suas próprias vidas está associada à autonomia e à realização de possibilidades que já estavam postas para este segmento etário, como estudar e seguir uma carreira profissional. Duas mulheres que não trabalharam depois de casadas definem como “uma burrice não trabalhar fora” ou que “a mulher sem trabalho fica lesada, uma parte dela não desenvolve porque a parte profissional é muito importante”. Trabalho, portanto, não é apenas uma ajuda ao orçamento doméstico como algumas fizeram, costurando para a família e mesmo para fora, mas está definido como um projeto profissional.



O casamento corresponde, assim, a um corte nos projetos de trabalho e de estudos. Casar significa para a maioria uma interrupção, mas ao mesmo tempo a tomada de um projeto no qual elas assumem a tarefa do cuidado, não apenas material, mas simbólico. A transmissão de valores na educação dos filhos é sua atribuição, assim como a responsabilidade pela manutenção do vínculo afetivo com o marido, uma vez que “estariam especialmente vocacionadas para as emoções, a domesticidade, as relações familiares”<sup>4</sup>. A separação, portanto, não é comum neste segmento etário embora tenhamos três casos e em um deles, excepcionalmente, a entrevistada viveu duas separações (um desquite e uma separação de uma união consensual). De qualquer forma, estas situações são entendidas por elas e pelas próprias filhas como “abandono”. Para uma das mulheres da geração intermediária, ao comparar a sua geração com a da mãe, afirma: “Nós separamos, elas eram abandonadas”. A separação era uma marca estigmatizante para a mulher de modo geral, algumas falam que não podiam se relacionar com mulheres separadas e uma das mulheres, que se separou duas vezes, relatou situações constrangedoras das pessoas atravessarem a rua para não falar com ela.

Embora exista um determinado padrão feminino para esta geração de mulheres nestes segmentos sociais, há variações de vivência do papel feminino. Apenas duas mulheres entrevistadas desta geração trabalharam depois do casamento, uma delas com curso superior completo e a outra com ensino fundamental. A experiência profissional tem motivações diferentes nestes casos. Para a mulher com menos escolarização, o abandono do marido deixando-a sozinha e sem condições financeiras, obrigou-a a trabalhar no escritório de contabilidade da família, atividade que exerce até hoje e que a possibilitou manter os filhos quando pequenos e a si mesma até hoje. A entrevistada, formada em belas artes, casou-se aos 28 anos e enviuvou antes dos 40 anos, quando morava fora do Rio de Janeiro. Na volta ao Rio, iniciou na vida profissional como jornalista até se aposentar; aposentada, continuou a realizar trabalhos como pintora.

O fato da maioria não trabalhar depois de casada não significou uma retração nas redes sociais destas mulheres. A circulação se fazia na família extensa, entre amigos do casal. Como três delas casaram com militares, os deslocamentos pelo país e para o exterior as obrigaram a constantes reorganizações destas redes. Hoje, há uma retração nas redes de sociabilidade para algumas

4 Torres, 2000, p.154.

que acabam se limitando ao convívio com os filhos, netos e vizinhos; para outras há as atividades religiosas e assistenciais.

As aposentadorias e pensões garantem uma vida mais ou menos tranquila para as mulheres, sobretudo, para as casadas e viúvas de militares-oficiais, permitindo que ainda hoje ajudem os filhos e netos e lhes possibilitem viagens e estudos. Para duas entrevistadas, entretanto, são as filhas que lhes dão parcial ou totalmente o suporte financeiro. Estas transações, ajudas e cuidados em diferentes direções têm um caráter afetivo e de obrigação moral definida pelos laços familiares.

As mulheres mais velhas também apresentam diferentes configurações residenciais: moram com os maridos, sozinhas, com neto, com a irmã. As filhas entrevistadas as visitam frequentemente para saber se “tudo está bem”, mesmo que por um breve instante, sendo que estes cuidados com a mãe e os pais velhos são muitas vezes divididos, sobretudo com as irmãs. As tarefas domésticas cotidianas são realizadas por empregadas domésticas e faxineiras diaristas. Isto não significa que costurar e cozinhar não estejam entre suas qualidades e atribuições femininas. A presença das domésticas e das babás é, em alguns casos, fundamental para a explicação das relações familiares e dos vínculos afetivos entre as entrevistadas e estas figuras femininas. Há empregadas que são consideradas da família e passam de mãe para filha e, desta forma, algumas mulheres da segunda geração têm experiências semelhantes às mães em relação à vida doméstica. Quase todas as mulheres da primeira geração falam do despreparo para a vida de casadas e para a maternidade, o que significou a presença marcante das mães e sogras na fase inicial do casamento e dos nascimentos dos filhos. Em alguns casos há uma reprodução desta relação entre mães e filhas, o que é suficientemente marcante para que as netas tenham em relação às avós (primeira geração) e à casa das avós um sentido de acolhimento, de diálogo e de cuidado.

A geração intermediária (48 a 60 anos) tem de um a três filhos e viveu experiências de estudo, de trabalho e de relações conjugais distintas de suas mães. Embora as opções profissionais as coloquem majoritariamente no campo das profissões femininas, entrar para a universidade, trabalhar e ter uma carreira profissional faz parte de um projeto de vida e de construção de uma subjetividade pautada por ideais de autonomia e de independência econômica. A trajetória de vida é percebida como um processo de lutas e de enfrentamentos que começa na juventude com a contestação da educação dos pais, continua com os conflitos e separações conjugais, com a busca de uma satisfação profissional e uma constante preocupação financeira. Para estas mulheres, de uma maneira

geral, a autonomia em suas decisões e opções é acompanhada da independência financeira. Trabalhar era um imperativo não só porque se torna um valor no projeto de autonomização, mas porque é, de fato, uma necessidade neste segmento de mulheres. Há, entretanto, ao longo da vida e, até hoje, a busca por um equilíbrio entre a satisfação pessoal e a carreira profissional.

Apesar de o casamento ter sido o momento em que saem da casa dos pais e os filhos nascerem nos primeiros anos de vida conjugal, as separações marcam suas vidas em vários sentidos: afetivos, financeiros, sociais. Das sete entrevistadas, seis já se separaram alguma vez e duas estão casadas novamente. A comparação com o projeto de casamento das mães mostra que esta geração tem, diferentemente da geração mais velha, uma mescla de ideais de relações conjugais: ao mesmo tempo em que tiveram a expectativa de um amor romântico em algum momento de suas trajetórias, vivem hoje, destruído o modelo do amor romântico, o projeto de casamento no qual cabe ao casal construir constantemente a relação a dois e o respeito à individualidade. Neste sentido, a falta de diálogo, o “mutismo completo” durante anos foi apresentado como um dos motivos para a separação do primeiro marido. As separações vieram, também, marcar em suas vidas a dissociação entre sexualidade e casamento e neste sentido garantir alguns pontos ao projeto de autonomia e de possibilidade aos fluxos entre os mundos sociais e de aumento relativo da importância dos amigos em suas redes sociais. Estas mulheres acompanham um movimento de transformações de valores e de práticas presente nestes segmentos sociais urbanos, e que tem, para as mulheres, um sentido mais importante de mudanças. Há um trânsito entre mundos sociais que é inaugurado por esta geração de mulheres nestes segmentos sociais: família, trabalho, amizade, sexualidade são domínios da vida que ganham importâncias relativas ao longo da trajetória de vida, trazendo para as entrevistadas tensões constantes para ajustar as necessidades com os cuidados com os pais, o apoio financeiro dos filhos adultos e seus próprios projetos de vida no campo profissional, afetivo e sexual.

As relações com as filhas fazem parte, portanto, desta rede mais ampla e diversificada de sociabilidade, de trocas afetivas e de cuidados. As diferenças entre a geração intermediária e a mais jovem (22 a 36 anos) são mais sutis do que aquelas entre a geração madura e suas mães. Até certo ponto há para as duas gerações (intermediária e jovem) a mesma tensão entre a valorização das ideias de escolha, opção, prazer, autonomia e liberdade com matiz psicologizante e as que evocam um indivíduo relacional, onde a categoria de obrigação e a família como um valor se destacam. Podemos afirmar que as duas gerações têm muito claramente a ideia de si como indivíduos autônomos e,

enquanto tal, explicam seus movimentos de aproximação e afastamento, ao longo da vida e hoje, em relação às ideias políticas, à religião, às redes sociais e à família.

A mesma tônica individualista marca a vida profissional destas duas gerações, entretanto, neste aspecto, as duas gerações têm diferentes formas de enfrentamento. A geração madura fez a escolha da carreira profissional ao entrar para a universidade. As duas mulheres que estão aposentadas seguiram a escolha inicial até a aposentadoria, as outras que ainda estão trabalhando dividem-se entre as que tiveram uma única carreira profissional e outras que percorreram outros caminhos profissionais, mas para os quais se sentem plenamente preparadas. A inserção na vida profissional iniciou-se cedo, algumas ainda como estagiárias durante o curso de graduação. Apenas uma delas ingressou no curso superior depois do casamento e do nascimento dos filhos, mas entrou para o mercado de trabalho como professora do ensino elementar logo que concluiu o curso normal de formação de professores.

A vida profissional das jovens vem mostrar um dilema para os princípios da geração madura que estão pautados nas ideias de escolha individual, de cuidado de si, do prazer. São estes os princípios que marcaram as bases da educação das filhas. Este dilema aparece na busca incessante de uma carreira que satisfaça projetos individuais, que pretendem associar princípios de prazer com uma garantia de independência financeira. Esta combinação é pouco encontrada pelas jovens. Uma única jovem mulher, a mais velha do grupo, casada pela segunda vez e com dois filhos, um do primeiro casamento, tem independência financeira, com uma inserção mais segura no mercado de trabalho. Para as jovens, entrar no mercado de trabalho mais efetivamente para garantir sua independência financeira é algo que vem sendo adiado. A possibilidade de contar com as mães e/ou com os pais é um dado deste universo de pesquisa. Esta realidade da dependência financeira é também definidora da configuração das residências e gera conflitos entre mães e filhas.

Uma das questões que aparecem nas entrevistas das mulheres da geração intermediária é a dinâmica da unidade residencial. Há uma flexibilidade presente nas unidades residenciais que não estão referidas ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (o nascimento dos filhos e sua posterior saída para a constituição de novas unidades residenciais). Esta flexibilidade está relacionada a eventos que fazem parte das experiências de vida desta geração de mulheres: separações conjugais, novos casamentos com a entrada do novo companheiro na residência, saída dos filhos, jovens e jovens adultos, para estudar ou tentar a vida profissional fora do país ou da cidade, durante um ano ou

mais, e sua volta, muitas vezes não prevista ou desejada ou a retirada, mais do que a saída, de filhas, após conflitos insolúveis entre as duas gerações.

A dinâmica da unidade residencial passa a ser um ponto distintivo da geração intermediária frente às próprias mães e filhas. Em relação às mães, a primeira geração, as mulheres mostram uma reversibilidade constante na organização doméstica: ora estão com os filhos e filhas, ora não. Os motivos para a saída e entrada dos filhos para a primeira geração não eram os mesmos vividos pelos jovens de hoje. Saía-se de casa para casar e voltava-se, às vezes, após a separação e por um tempo. Ou ainda, como aconteceu com uma das entrevistadas, para o apoio familiar depois do nascimento de um filho doente. Além disso, a saída, ou a primeira saída, ocorria mais cedo, o que aponta para um casamento também mais cedo. Neste caso, a comparação quanto à idade do casamento é feita com as próprias filhas que casarão mais tarde ou não casam e que quando saem de casa, a saída pode não ser definitiva, podendo voltar em algum momento em que o projeto de vida fracasse.

Quando as jovens saem da casa das mães após conflitos continuados com as mesmas, algumas vezes ocasionados pelo novo casamento materno, coloca-se uma outra questão: as jovens acabam sendo acolhidas na casa das avós ou dos pais. Estes já constituíram outras famílias, indo a jovem coabitar com o pai, a madrasta e seus filhos e seus meio-irmãos. Para as jovens, rompe-se assim um padrão de matrifocalidade da residência.

Sob o ponto de vista das jovens, elas circulam entre residências em um circuito familiar. A família se expande e se ramifica em várias residências. Há assim uma negociação constante nestas entradas e saídas da qual participam vários elementos das relações familiares das jovens. O discurso mais psicologizado, explicativo desta tendência em circular entre residências, não deixa de ter também uma razão prática: onde haverá menos atritos e mais apoios.

Esta experiência de contração e alargamento ocasional da configuração residencial é vivida pelas mulheres da geração intermediária, ao mesmo tempo em que redefinem seus relacionamentos familiares com os pais e os irmãos. Hoje, com os pais mais velhos e com a preocupação com o cuidado destes, a presença diária ou semanal na casa da mãe ou dos pais tornou-se um imperativo. Esta aproximação é acompanhada, também, de uma reaproximação dos irmãos com quem não se tem, necessariamente, afinidades e comunhão de estilos de vida.

Esta reorganização das esferas de sociabilidade e a presença mais constante da grande família no cotidiano vão ser vividas por esta geração e pela mais jovem dentro da combinação tensa entre valores, que enfatizam uma subjeti-

vidade individualizada e os referenciais de valores relacionais, que definem as relações na família moderna<sup>5</sup>.

Nas camadas médias, todas as mulheres da geração madura tiveram uma educação religiosa católica como suas mães. A maioria das entrevistadas da primeira e da segunda geração estudou em escolas católicas tradicionais do Rio de Janeiro dirigidas por irmandades de freiras e que só permitiam a entrada de meninas. Para as mulheres mais velhas, a infância e adolescência são compreendidas como um período de educação rígida e sem escolhas possíveis, salvo uma entrevistada que, ao se comparar com as mulheres de sua geração, observa que o pai, profissional liberal, e a mãe, dona-de-casa, teriam tido ideias mais liberais na educação dos filhos, não relacionando a educação católica a um maior controle moral. Esta mesma entrevistada, com a morte de um dos filhos, faz um trânsito religioso do catolicismo para o espiritismo kardecista, levando com ela uma das filhas. O catolicismo é efetivamente praticado apenas por três entrevistadas que comparecem às missas dominicais e às festas religiosas.

A socialização religiosa católica da geração madura foi revista ao longo da vida, sobretudo nos anos 70 quando o conjunto de valores referidos à família, casamento, religião foram colocados em questão e, para parte das entrevistadas, este movimento é acompanhado por adesões a ideais políticos de esquerda nas lutas contra a ditadura. A irreligiosidade que parece predominar naquele momento de vida é negociada com a família de origem em alguns momentos. O casamento e o batizado dos filhos ou de parte deles (uma das mães não batiza um dos três filhos), na igreja católica, revelam mais uma busca por conciliações com uma tradição familiar do que uma opção propriamente religiosa. Uma entrevistada fala de suas trajetórias religiosas: *“Dos meus filhos, tenho um que não é batizado, que é esse que nasceu numa fase hippie... Eu fiquei muito tempo afastada da religião e hoje me considero uma pessoa religiosa, mas eu não comungo e não me confesso faz sessenta anos!!!”*

Mais adiante a entrevistada, falando da filha, apresenta de forma exacerbada o que Duarte (2005) trata como a gestão da vida privada e do subjetivismo presente nas atitudes religiosas. *“Eu acho que cada religião atende a um determinado tipo de pessoa, no fundo é um suporte. E eu acho que tem essas autonomias”*.

Vemos assim uma negociação constante relativamente à religião e, sem dúvida, a família enquanto um valor está englobando as revisões individuais

---

5 Singly, 2007.

das adesões religiosas. Não casar de véu e vestido branco comprido foi uma das formas que uma das mulheres diz ter explicitado que estava realizando a cerimônia religiosa apenas para não confrontar diretamente a família e, ao mesmo tempo, poder afirmar sua forma de negociar a situação.

As jovens, por sua vez, foram já plenamente socializadas em um ambiente fluido de uma religiosidade não amparada institucionalmente, embora tenham sido batizadas na igreja católica. Algumas, hoje, criticam a ausência de uma orientação mais francamente religiosa em sua educação e outras reafirmam as mesmas atitudes das mães. Combinam como estas, uma adesão a princípios católicos ou cristãos mais genéricos, uma busca de uma religiosidade em momentos de aflição e uma valorização das opções individuais neste campo.

Neste sentido, o recurso à religião parece, à primeira vista, não diferir da busca das religiões em momentos de sofrimento como foi encontrado no universo de mulheres de camadas populares. Mas, neste caso, o das mulheres de camadas médias, a religiosidade, mais do que a religião institucionalizada, está combinada com outros recursos que podem ser acionados nestes momentos: as terapias de linha psicanalítica, os cuidados com o corpo, as viagens que definem um estilo de vida e uma busca de si mesmo, a intensidade de procura da completude em relações de amizade, namoro e conjugalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**O**s aspectos fundamentais comuns a este conjunto de mulheres de camadas médias, sobretudo aqueles que, relativos a ideais formulados com nitidez pela geração madura, - a autonomia nas decisões em suas vidas e independência para não precisar se submeter a ninguém - não permitem concluir pela homogeneidade neste universo de pesquisa. Não é apenas o fator geracional que contribui para a heterogeneidade nas ênfases em valores individualistas e nas possibilidades socialmente apresentadas para cada mulher para colocar em prática suas maneiras de pensar, mas há, na mesma geração, situações bastante diferenciadas. Concluo trazendo algumas observações para marcar a importância da diversidade e heterogeneidade das camadas médias tanto no sentido dos valores como da prática, referindo-me à profissionalização, educação, conjugalidade, maternidade e solidariedade intergeracional.

Há nítidos movimentos de instabilidade social na geração mais velha. Duas mães são sustentadas pelas filhas da geração madura, depois de falência familiar e fracasso no estabelecimento comercial. A falta de previsão e um es-

pírito perdulário dos pais são as desculpas para as situações de queda de status social nesta geração, agregada a uma baixa escolaridade dos pais. Situações de estabilidade aparecem, ao contrário, quando as mulheres se casam com oficiais das forças armadas. Os maridos das mulheres mais velhas, os oficiais militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, optaram por carreira prestigiada e que lhes garantiu estabilidade econômica e significou a adesão a valores modernos que distinguiu as camadas médias nas metrópoles brasileiras na década de 1940.

As mulheres da geração madura apresentam, por sua vez, uma situação social mais estável. O trabalho não é só um valor apreciado para que elas se sintam valorizadas como pessoa, mas lhes garante também independência financeira. A educação superior é fundamental neste sentido, mas não é uma razão necessária para a condição mais favorável. Nem todas as mulheres têm um sentido de carreira, que corresponde a um projeto de vida e de profissão. Para algumas, o curso superior não é fundamental para sua posição no mercado de trabalho. A expansão e a heterogeneidade do próprio trabalho abriram possibilidades diferenciadas de campos de trabalho nos quais estas mulheres se inserem, ainda em profissões femininas.

De alguma maneira, a geração mais nova recebe de suas mães a valorização dos ideais de autonomia e de independência, mas eles não correspondem necessariamente à permanência em postos de trabalho. O adiamento da entrada na vida profissional ou sua intermitência podem estar relacionada às dificuldades do próprio mercado, mas também são parte de uma outra forma de se colocar no mundo que pressupõe a participação da mãe e, ou do pai nas suas despesas cotidianas. Nesse sentido, vemos que as aquisições, em termos de autonomia e independência financeira das mulheres das camadas médias da geração intermediária, corresponderam a um momento de suas trajetórias de confluência de valores individualistas e possibilidades de acesso à escolarização superior e à profissionalização, em um momento de abertura para o questionamento das assimetrias de gênero e para as transformações na família. Embora o legado transmitido às filhas seja no sentido de valorização do projeto de autonomização e independência, ele não tem se efetivado na prática. As jovens de camadas médias adiam a passagem à vida adulta plena e encontram, também, condições sociais não muito favoráveis à realização do projeto de vida. A concepção de uma vida autônoma parece estar, assim, mais atrelada aos trânsitos entre mundos sociais e menos à profissionalização como parece ter sido as trajetórias de suas mães.



Com perspectivas geracionais distintas e com discursos e práticas que indicam mudanças sociais, as mulheres entrevistadas têm, em comum, vivências de conflito nas relações intergeracionais e de gênero e, subjetivamente, vivenciam tensões nas definições individuais de projetos de vida. Comungam, também, com princípios básicos de sociabilidade familiar, sobretudo os que definem a família como um valor fundamental para a constituição dos indivíduos.



**Myriam Moraes Lins de Barros** · Doutora em antropologia social. Professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Andréa Moraes. *A dama e o cavalheiro. Um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. Fronteiras da relação. Gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais. In: *www.sexualidadsaludysociedad.org*. no. 3, p.10-32, 2009.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2005.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, C. E. (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C.; LINS DE BARROS, M.(Orgs). *Sexualidade família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.137-176.
- FONSECA, Claudia. Quando tecnologia, lei e família convergem: questões de gênero e geração em conexão com testes de paternidade”. *Antropolítica* (UFF), vol. 26, p.19-36, 2010.
- HEILBORN, Maria Luiza et. al. *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Garamond Universitária, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza, CABRAL, Cristiane da S.; BRANDÃO, Elaine R., CORDEIRO, Fabíola; AZIZE, Rogério L. Gravidez imprevista e aborto no Rio de Janeiro, Brasil: gênero e geração. In: *www.sexualidadsaludysociedad.org*, no. 12, p. 224-257, dec.2012.
- LINS DE BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: LINS DE BARROS, M.M. (org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 17-37.
- \_\_\_\_\_. Três gerações femininas em camadas médias. In: VE-LHO, G. e DUARTE, L. F. D.(orgs.). *Gerações, família e sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. P. 46-62.
- \_\_\_\_\_. Trajetória de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. In: *Horizontes Antropológicos. Antropologia e ciclos de vida*. Porto Alegre, ano 16, n. 34, jul./dez., 2010.
- MACHADO, Maria das Dores C. Religião, família e individualismo. In: Duarte, L. F. D.; HEILBORN, M. L.; LINS DE BARROS, M.; PEIXOTO, C. (Org.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

- MACHADO, Maria das Dores Campos e LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17 (2). Maio-agosto/2009.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers e LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, no. 29, p.171-191, Dez 2007.
- RUSSO, Jane. *O corpo contra a palavra*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- SALEM, Tania. *O casal grávido. Disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, Clarice E. et al. (Org.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- TORRES, Anália, MENDES Rita e LAPA Tiago. Família e trabalho na Europa. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.) *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (Org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- VITALE, Maria Amália Faller. Avós, velhas e novas figuras da família contemporânea. ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (Org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. 3ª edição, São Paulo: Cortez Editora/IEE/PUC/SP, 2007.